

Ponta Delgada será Capital Portuguesa da Cultura em 2024

A equipa da candidatura e a Câmara de Ponta Delgada asseguraram que vão continuar a apostar na cultura e a desenvolver projetos culturais, após Évora ter sido selecionada Capital Europeia da Cultura em 2027.

“Foi uma porta que se abriu. É um processo que é longo e que deve continuar, não só da parte do município e do Governo, mas também do ponto de vista cívico, dos agentes culturais e dos artistas que acreditam na cultura”, afirmou o Director Artístico da candidatura de Ponta Delgada.

António Pedro Lopes, que considerou “excelente” a decisão de fazer das cidades não escolhidas capitais nacionais da cultura, destacou que a actual equipa da candidatura de Ponta Delgada vai continuar a trabalhar até março.

“Vamos trabalhar neste lugar do processo de candidatura. Examinando o que é que pode continuar em rela-



ção com a estratégia cultural de Ponta Delgada e perceber que projectos podem ganhar corpo e que podem ser postos em prática”, venceu o Director Artístico.

O Presidente da Câmara Municipal,

o social-democrata Pedro Nascimento Cabral, também reagiu à decisão num vídeo publicado nas redes sociais, agradecendo a todos os envolvidos no processo e assegurando o investimento camarário na Cultura.

“Vamos continuar a desenvolver os projectos que foram aprovados no Plano Municipal de estratégia cultural para 2020/2030 e contamos com toda a envolvimento da sociedade e dos nossos agentes culturais”, afirmou o edil.

E acrescentou: “Queremos continuar a sedimentar uma forte presença cultural que nos permita, quem sabe, lançar-nos para outras candidaturas a Capitais Europeias da Cultura mais à frente”.

Portugal passará a ter, a partir de 2024, anualmente, uma Capital Portuguesa da Cultura, cujas três primeiras já estão escolhidas - Aveiro, Braga e Ponta Delgada -, anunciou o Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva. Évora será Capital Europeia da Cultura em 2027, juntamente com Liepāja, na Letónia, foi anunciado, numa conferência de imprensa em Lisboa, no Centro Cultural de Belém (CCB).

Governo está a visitar a ilha do Corvo

O Conselho de Ilha do Corvo pediu ao Governo açoriano um ponto de situação sobre o novo quadro comunitário e reivindicou uma campanha de desratização e intervenções no pavilhão desportivo e no quartel dos bombeiros.

Segundo o memorando do Conselho de Ilha entregue ao Governo Regional, os corvinos pedem a “reparação e manutenção” do pavilhão desportivo e solicitam um “ponto de situação sobre a ampliação do quartel dos Bombeiros Voluntários”.

O Governo dos Açores está desde ontem a cumprir uma visita estatutária à ilha do Corvo, que inclui uma reunião com o Conselho de Ilha.

No documento, com 26 pontos, os conselheiros pedem esclarecimentos sobre a operacionalização do novo quadro comunitário de apoio e sobre a “Casa dos Professores”, “anunciada pelo Governo Regional”.

O Conselho de Ilha considera “urgente” realizar uma campanha de desratização em toda ilha com “recursos a armadilhas” e pede a marcação

de novos trilhos no troço da Vigia da Baleia, Zona Leste e Quinta.

O organismo quer também a “pavimentação da estrada de acesso ao centro de processamento de resíduos” e questiona o Executivo sobre o projeto de ampliação da aerogare e a “operacionalidade da pista com o factor pista molhada”.

Os corvinos pedem ainda a elaboração de estudos sobre a recuperação das lagoas do Caldeirão, apoios para a criação de um centro de actividades de tempos livres, como valência da San-

ta Casa, e formações profissionais em “áreas fulcrais para o desenvolvimento local”.

O Conselho de Ilha solicita igualmente que seja encontrada uma “solução digna” para o transporte de resíduos entre o Corvo e o exterior.

Segundo o Estatuto dos Açores, o Governo Regional tem de visitar cada uma das ilhas do arquipélago pelo menos uma vez por ano, com a obrigação de reunir o Conselho do Governo na ilha visitada.

A visita termina hoje.

Governo e médicos voltam a reunir-se em Janeiro para negociar carreiras

O Governo dos Açores iniciou esta semana o processo negocial com os sindicatos para a revisão da carreira dos médicos na Região, tendo reiterado a necessidade de rever o diploma sobre as horas extraordinárias, foi anunciado.

Em declarações à comunicação social, após uma reunião com o Sindicato Independente dos Médicos e o Sindicato dos Médicos da Zona Sul em Angra do Heroísmo, o Secretário da Saúde, Clélio Meneses, reconheceu que existem “caminhos a desenvolver” para obter um consenso quanto à carreira médica.

“Essa reunião foi, sobretudo, para identificar as grandes questões que estruturalmente os médicos dos Açores entendem como necessárias resolver e também para calendarizar este processo negocial”, afirmou o governante.

O Secretário Regional avançou que vai decorrer uma nova reunião com os



médicos em Janeiro de 2023.

Clélio Meneses observou que, “se os processos negociais fossem fáceis, assuntos que estão por resolver há mais de dez anos já estariam resolvidos pelos anteriores governos” do PS.

“Temos um caminho pela frente. Não há nada decidido porque o processo negocial começa hoje”, assinou.

O governante reconheceu a necessidade de rever o pagamento das horas extraordinárias dos médicos, admitindo uma “aproximação aos valores pagos” na Madeira e realçando que os valores pagos nos Açores já são superiores aos pagos no continente”.

“Em relação à Madeira, é possível que haja uma aproximação, sendo certo que os valores, em termos absolutos, não divergem muito dos valores dos Açores”, afirmou, destacando que os sindicatos não demonstraram “nenhuma intransigência”.

Relativamente ao serviço de Nefrologia do Hospital de Ponta Delgada, o único que não garantiu a escala de Dezembro (tendo adiado a posição para aguardar pelas conclusões do processo negocial), Clélio Meneses rejeitou que a questão esteja associada aos sindicatos.

“A questão não intervém nos sindicatos. O que há é uma indisponibilidade

do serviço de Nefrologia. Da parte deles, tornaram dependente do resultado da reunião. Não houve uma intermediação do Sindicato neste assunto”, afirmou.

Sobre as escalas de Janeiro no Hospital de Ponta Delgada, o secretário regional considerou ainda que “o problema nem se coloca”, porque a “maioria” dos médicos não vai chegar ao limite de 150 horas extraordinárias.

Na Segunda-feira, o secretário da Saúde do Governo dos Açores disse que os profissionais do hospital de Ponta Delgada já demonstraram disponibilidade para assegurar a escala de Dezembro, à excepção do serviço de Nefrologia.

Em Novembro, cerca de 400 médicos (191 do Hospital do Divino Espírito Santo) manifestaram indisponibilidade para fazer mais do que as 150 horas de trabalho extraordinário obrigatórias por lei.